



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/08/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
1.3. JUÍZES.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	4
2.2. PRESIDÊNCIA.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
3.2. CASO DÉCIO SÁ.....	7
3.3. DESEMBARGADORES.....	8 - 10
3.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	11 - 12
3.5. SERVIDORES.....	13 - 15
3.6. VARA CÍVEL.....	16
3.7. VARAS DA FAMÍLIA.....	17 - 19
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. POSSE.....	20 - 21
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. JUÍZES.....	22 - 23
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	24
6.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	25 - 26
6.3. VARAS CRIMINAIS.....	27

Judiciário lança catálogos, selo e carimbo postais nos 200 anos do TJMA

Catálogos de documentos manuscritos do Judiciário, selo e carimbo postais serão lançados nesta terça-feira (13), às 10h, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), como parte da programação comemorativa dos 200 anos da Corte. Várias autoridades serão homenageadas no evento, quando ocorrerá também a premiação do Concurso de Redação sobre o bicentenário.

Os catálogos fazem parte do "Projeto Memória", cujo objetivo é o levantamento e salvaguarda de todos os documentos do acervo do Tribunal, bem como a recuperação da sua memória histórica. Serão lançados os volumes 3 e 4, que correspondem a autos cíveis da comarca de Viana (1767 a 1888) e cíveis e crimes da comarca de Alcântara (1801 a 1968).

O selo e carimbo postais comemorativos serão apresentados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com homenagem a personalidades e autoridades que contribuíram para o engrandecimento da Justiça

estadual.

As peças são personalizadas e retratam a histórica e a imponente fachada do Palácio Clóvis Beviláqua, sede oficial do Tribunal de Justiça. O carimbo ficará na Agência Central dos Correios de São Luís.

Durante um mês ele será utilizado na carimbação de todas as correspondências postadas na agência, levando a imagem e o nome do Tribunal para todo o Brasil e o mundo. Após esse período, seguirá para o Museu Nacional dos Correios, em Brasília (DF).

A programação comemorativa - coordenada pelo presidente da Comissão Comemorativa dos Anos do TJMA, desembargador Lourival Serejo - terá encerramento com a entrega da premiação às estudantes Henriqueta Feitosa Rabelo, 14 anos (Escola Crescimento), e Carla Medeiros dos Anjos, 17 (Colégio Dom Bosco), vencedores do Concurso de Redação sobre os 200 anos do TJMA, que teve como foco foi a importância da missão institucional da Corte na sociedade.

Judiciário faz mutirão para reduzir número de presos provisórios no Estado

O Poder Judiciário inicia nesta segunda-feira (12) mutirão para reduzir o número de presos provisórios no Estado, onde mais da metade (52%) da população carcerária aguarda julgamento. O mutirão - que se estenderá até o dia 12 de setembro - cumpre portaria conjunta do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF).

O trabalho será coordenado pela UMF e supervisionado pela Corregedoria. As atividades envolverão 168 juízes criminais das 213 comarcas, além de promotores de Justiça, defensores públicos e advogados. A meta do Judiciário é reduzir em mais de 10% o número de presos sem condenação definitiva, que atualmente é de cerca de 3 mil detentos.

A unidade, localizada na Rua do Egito, nº 166, funcionará como central de informações e observação dos processos que serão encaminhados pelas comarcas para atualização. O processamento dos dados será feito, em grande parte, eletronicamente pelos sistemas VEP-CNJ e Themis-TJMA.

No mutirão, além de levantar o percentual de presos provisórios, serão inspecionadas as delegacias, unidades prisionais e o Hospital Nina Rodrigues - onde alguns internos cumprem medida de segurança - para verificação de irregularidades.

"Vamos promover a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas, bem como verificar a eficácia e vigência das decisões que decretaram medidas de segurança nas comarcas do Estado", explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor-geral, desembargador Cleones Cunha, ressalta que deve ser mantida a periodicidade mínima anual para revisão das prisões, das medidas de segurança e das internações de adolescentes em conflito com a lei.

Para o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, desembargador Fróz Sobrinho, quem está preso provisoriamente precisa ser julgado pelo crime que cometeu e receber a pena devida. "É uma garantia constitucional. Há situações em que o interno já cumpriu toda a

pena, mesmo antes de ser julgado", diz o desembargador, informando que o mutirão é um trabalho de rotina realizado pela Unidade de Monitoramento Carcerário.

De 2009 a 2011 o percentual de presos provisórios no Estado passou de 74% para 52%, uma redução de 22%. "O aceitável seria atingir a média de 40% de presos provisórios. No Distrito Federal, por exemplo, o índice é de 30%", compara Sobrinho.

Na opinião do magistrado, a tramitação eletrônica dos processos em 100% das varas de execução penal do Estado, as audiências com sistema audiovisual, mutirões carcerários e parcerias viabilizadas pela UMF - envolvendo as secretarias estaduais de Segurança, Justiça e Administração Penitenciária, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades da sociedade civil organizada - foram determinantes para que a redução ocorresse.

PROCEDIMENTOS - No mutirão, além de levantar o percentual de presos provisórios, serão inspecionadas as delegacias, unidades prisionais e o Hospital Nina Rodrigues - onde alguns internos cumprem medida de segurança - para verificação de irregularidades. "É um trabalho de rotina realizado pela Unidade de Monitoramento, que será intensificado nos dias do mutirão", destaca o coordenador.

De acordo com a Portaria Conjunta (nº 001/2013), o juiz do processo respectivo, a partir do dia 12 de agosto, e no prazo máximo e improrrogável de 20 dias, deve reexaminar os processos pendentes de julgamento e decidir sobre a manutenção, ou não, das prisões cautelares sob sua jurisdição. Deve também avaliar a possibilidade, ou não, de conversão da segregação em medida cautelar alternativa.

Quanto aos presos definitivos, o juiz com competência para execução da pena deve, a partir do dia 12 de agosto, e no prazo máximo e improrrogável de 20 dias, analisar os processos, sejam eles físicos ou virtuais, e proferir despachos ou decisões de forma que sejam analisadas todas as questões pendentes relacionadas a eventuais benefícios ou incidentes na execução.

Os juízes vão também apreciar as unificações de penas e determinar a expedição de todos os atestados de pena a cumprir.

Vinte e seis recuperandos da APAC de Pedreiras passarão o Dia dos Pais com a família



No período de 08 a 14 deste mês de agosto, 26 recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Pedreiras e Região receberam o benefício de saída temporária do Dia dos Pais. O benefício foi concedido pela juíza Ana Gabriela Costa Everton, titular da 2ª Vara de Pedreiras.

“O benefício é uma forma de aproximar mais os recuperandos de seus familiares”, constata a magistrada.

Para o recuperan-

do Antônio Carlos, que já foi beneficiado com a saída temporária em outras datas comemorativas, a aproximação com a família é importante no processo de ressocialização.

A juíza Ana Gabriela Everton ressalta que sempre se reúne com os recuperandos beneficiados, alertando a todos da importância de cumprir com as normas estabelecidas. “Esse alerta faz com que todos sempre retornem no dia e hora marcados”, completa.

Seminário abre debates sobre Justiça Restaurativa

Especialistas brasileiros e também de Lima (Peru) estiveram na capital maranhense para discutir a aplicação de um método inovador, no âmbito judicial e comunitário, a partir dos procedimentos da Justiça Restaurativa, cujo movimento internacional busca difundir essa nova abordagem de crime e justiça para o trato das infrações, envolvendo vítimas, ofensores, família e comunidade. O seminário "Justiça Restaurativa: Tecendo a rede", foi encerrado no último dia 9, no auditório Fernando Falcão da Assembleia Legislativa do Maranhão, revelando uma perspectiva que apresenta a justiça não como o ato de castigar, mas recuperar aquele que infringe a lei, buscar as razões do fato e a reparação efetiva do dano da vítima.

Espanhóis destacam evolução histórica do Judiciário do Maranhão

Em visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, os professores-doutores em Direito da Espanha, Lorenzo Bujosa Vadell (Universidade de Salamanca) e Javier Garcia (Universidade de Valladolid), elogiaram a trajetória histórica dos 200 anos da Corte maranhense.

"Ficamos encantados com a história do Tribunal de Justiça, com o avanço do órgão em relação à tecnologia e, também, com as belezas naturais maranhenses. O Direito Processual

Foto: Ribamar Pinheiro



Os professores Lorenzo Bujosa e Javier García, acompanhados de Guerreiro Jr. e do juiz Nelson Rego

brasileiro é um dos mais avançados do mundo, portanto referência para todos nós", destacou o professor Lorenzo Bujosa, acompanhado do juiz Nelson Rego, titular da Vara Especial de Violência contra a Mulher, que foi orientado pelo professor em tese de doutorado do curso de Direitos Humanos, na Universidade de Salamanca. Para o presidente, o reconhecimento enaltece o TJMA, especialmente por ser este o ano do bicentenário de instalação do Tribunal, a terceira Corte mais antiga do país.

Judiciário lançará selo e catálogos em comemoração

Catálogos de documentos manuscritos do Judiciário, selo e carimbo postais serão lançados terça-feira (13), às 10h, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), como parte da programação comemorativa dos 200 anos da Corte. Várias autoridades serão homenageadas no evento, quando ocorrerá também a premiação do Concurso de Redação sobre o bicentenário.

Os catálogos fazem parte do "Projeto Memória", cujo objetivo é o levantamento e salvaguarda de todos os documentos do acervo do Tribunal, bem como a recuperação da sua memória histórica. Serão lançados os volumes 3 e 4, que correspondem a autos cí-

veis da comarca de Viana (1767 a 1888) e cíveis e crimes da comarca de Alcântara (1801 a 1968).

O selo e carimbo postais comemorativos serão apresentados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com homenagem a personalidades e autoridades que contribuíram para o engrandecimento da Justiça estadual.

As peças são personalizadas e retratam a histórica e a imponente fachada do Palácio Clóvis Beviláqua, sede oficial do Tribunal de Justiça. O carimbo ficará na Agência Central dos Correios de São Luís. Durante um mês, ele será utilizado na carimbação de todas as correspondências postadas na agência, levando a imagem e o nome do Tribunal para todo o Brasil e o mundo. Após esse período, seguirá para o Museu Nacional dos Correios, em Brasília (DF).

A programação do evento-coordenada pelo presidente da Comissão Comemorativa dos Anos do TJMA, desembargador Lourival Serejo – será encerrada com a entrega da premiação.

Advogado envolvido no Caso Décio Sá será ouvido

Ronaldo Ribeiro foi indiciado por envolvimento com quadrilha de agiotas

Saulo Maclean
 Da editoria de Polícia



O novo juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Osmar Gomes dos Santos, vai ouvir amanhã, no Salão do Júri, no Fórum De-

sembargador Sarney Costa, no Calhau, o advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, último denunciado na morte do jornalista Décio Sá, pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. O defensor, segundo acusação oferecida pelo Ministério Público Estadual, integrava a rede de agiotas liderada por Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e seu pai, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos; apontados como mandantes e financiadores do crime.

A oitiva com Ronaldo Ribeiro, de acordo com a 1ª Vara do Tribunal do Júri, acontece logo no início da manhã, às 8h, com a presença do promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, Luis Carlos Correa Duarte, e do advogado do réu, Aldenor Cunha Rebouças Júnior. Além do acusado, serão ouvidas as testemunhas de acusa-



Ronaldo Henrique Santos Ribeiro

Mais

O jornalista Décio Sá foi assassinado por volta das 22h30 do dia 23 de abril de 2012, quando aguardava por amigos, sentado a uma mesa no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea. O blogueiro foi alvejado com seis tiros de pistola calibre ponto 40, cinco deles, segundo o Instituto de Criminalística (Icrim), na cabeça.

ção, arroladas pelo MP, e as de defesa. Em fevereiro, em sessão presidida pelo juiz auxiliar Már-

cio Castro Brandão, o advogado denunciado teve o processo desmembrado dos demais acusados, após constantes pedidos de suspensão dos depoimentos, por parte de sua defesa.

Na época, o advogado de Ronaldo Ribeiro havia alegado não ter tido "tempo hábil" para ouvir as mídias das interceptações telefônicas, e conseguiu por meio de uma liminar assinada pelo desembargador Raimundo Nonato de Souza, a suspensão à agenda de depoimentos das 55 testemunhas arroladas no processo acerca da morte do jornalista. A decisão, porém, foi cassada por outro desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, que a defesa "teve acesso irrestrito, amplo e prévio a todo o conteúdo probatório constante nos autos, não sendo verdadeira a afirmação contida no habeas corpus".

Segundo investigou a Polícia Civil do Maranhão, Ronaldo Ribeiro atuava como uma espécie de "consultor jurídico" da rede de agiotagem e teria cedido o próprio escritório para várias reuniões da quadrilha. No dia 9 de maio de 2013, segundo as investigações, o local de trabalho do advogado, localizado na Península da Ponta d'Areia, teria servido para o acerto financeiro da morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado no dia 31 de março, em Teresina-PI, por acumular dívidas com os agiotas. Foi por denunciar a ligação do bando com este crime que Décio Sá foi morto.

Ricardo na cabeça

Três candidatos à vaga de desembargador, que faziam parte da lista sêxtupla da OAB, compareceram ao lançamento do livro da autoria do desembargador e intelectual Lourival Serejo, na Academia Maranhense de Letras.

Ricardo Duailibe, Rioud Ayoub e José Claudio Pavão. Naquela noite, desenhou-se no auditório da AML, pela maneira como Ricardo foi cumprimentado pelo mundo jurídico, que seria ele o candidato da OAB mais votado pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

Na sua humildade e com aquele sorriso de sinceridade, Ricardo mostrava que só depois da sessão do Tribunal de Justiça poderia comemorar a eleição.

Sexta-feira, foi nomeado pela governadora Roseana Sarney e no mesmo dia tomou posse do cargo.

Colônia libanesa

A colônia libanesa que anos atrás era a mais poderosa e influente na sociedade maranhense, mostrou que ainda continua viva e apta a conquistar lugares de destaque no universo sanluizense.

Dois membros da terceira geração dos libaneses, Ricardo Duailibe e Ryoud Ayoub Filho, pelo conceito e competência nas esferas jurídicas foram eleitos para compor a lista sêxtupla da OAB.

Na preparação da lista tríplice, que o Pleno do Poder Judiciário escolheu para ser submetida à consideração da governadora Roseana Sarney, novamente Ricardo e Rioud, marcaram presença como representantes da colônia libanesa.



A desembargadora Cleonice Freire prestigiou seu colega de toga

Mundo jurídico

Os membros da Academia Maranhense de Letras ficaram imensamente satisfeitos quando, na noite de terça-feira, viram a presença marcante do mundo jurídico em seu auditório.

Desembargadores, juízes, promotores, advogados compareceram à Casa de Antônio Lobo para prestigiar o lançamento do livro Pescador de Memória, do desembargador Lourival Serejo.

O autor, conhecido por publicar livros de contos e crônicas, fez sua estreia no campo da poesia.

Quem leu a obra afirma que o intelectual de Viana tem na veia sangue poético de boa qualidade.



Desembargadores Jorge Rachid Maluf, Stélio Muniz e Ricardo Duailibe

Quem merece?

Preenchida a 27ª cadeira do Tribunal de Justiça com a nomeação e posse do desembargador Ricardo Duailibe, o Judiciário se volta agora para uma dura disputa interna.

Trata-se da eleição do novo desembargador, que será um juiz de carreira a ser promovido pelo critério de merecimento.

No páreo, os juízes Tyrone Silva, José Ribamar Vaz, João Santana, Oriana Gomes, José Jorge Figueiredo, Ângela Salazar, Marcelino Ewerton, Samuel Batista, Lucas Netos, Aureliano Neto, Raimundo Neres, Luis Gonzaga, Antonio Vieira.

Justiça faz hoje ação para reduzir número de presos provisórios

Polícia 10

Justiça faz mutirão para reduzir número de presos provisórios

Meta do Judiciário é revisar os processos dos cerca de 3 mil detentos que lotam os presídios estaduais sem a condenação definitiva; juizes de 213 comarcas, promotores, defensores públicos e advogados estarão envolvidos nesse trabalho

O Poder Judiciário iniciará amanhã mutirão para reduzir o número de presos provisórios no Estado, onde mais da metade (52%) da população carcerária aguarda julgamento. O mutirão - que se estenderá até o dia 12 de setembro - cumpre portaria conjunta do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF).

O trabalho será coordenado pela UMF e supervisionado pela Corregedoria. As atividades envolverão 168 juizes criminais das 213 comarcas, além de promotores de Justiça, defensores públicos e advogados. A meta do Judiciário é reduzir em mais de 10% o número de presos sem condenação definitiva, que atualmente é de cerca de 3 mil detentos.

A unidade, localizada na Rua do Egito, nº 166, funcionará como central de informações e observação dos processos que serão encaminhados pelas comarcas para atualização. O processamento dos dados será feito em grande parte, eletronicamente pelos sistemas VEP-CNJ e Themis-TJMA.

No mutirão, além de levantar o percentual de presos provisórios, serão inspecionadas as delegacias, unidades prisionais e o

Hospital Nina Rodrigues - onde alguns internos cumprem medida de segurança - para verificação de irregularidades.

"Vamos promover a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas, bem como verificar a eficácia e vigência das decisões que decretaram medidas de segurança nas comarcas do Estado", explica o presidente do TJ, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor-geral, desembargador Cleones Cunha, ressalta que deve ser mantida a periodicidade mínima anual para revisão das prisões, das medidas de segurança e das internações de adolescentes em conflito com a lei.

Para o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, desembargador Fróz Sobrinho, quem está preso provisoriamente precisa ser julgado pelo crime que cometeu e receber a pena devida. "É uma garantia constitucional. Há situações em que o interno já cumpriu toda a pena, mesmo antes de ser julgado", diz o desembargador, informando que o mutirão é um trabalho de rotina realizado pela Unidade de Monitoramento Carcerário.

De 2009 a 2011 o percentual de presos provisórios no estado passou de 74% para 52%, uma redução de 22%. "O aceitável seria atingir a média de 40% de

presos provisórios. No Distrito Federal, por exemplo, o índice é de 30%", compara Sobrinho.

Na opinião do magistrado, a tramitação eletrônica dos processos em 100% das varas de execução penal do Estado, as audiências com sistema audiovisual, mutirões carcerários e parcerias viabilizadas pela UMF - envolvendo as secretarias estaduais de Segurança,

Justiça e Administração Penitenciária, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades da sociedade civil organizada - foram determinantes para que a redução ocorresse.

Procedimento - De acordo com a portaria, o juiz do processo respectivo, a partir do dia 12 de agosto, e no prazo máximo e improrrogável de 20 dias, deve reexaminar os processos pendentes de julgamento e decidir sobre a manutenção, ou não, das prisões cautelares sob sua jurisdição. Deve também avaliar a possibilidade, ou não, de conversão da segregação em medida cautelar alternativa.

"É um trabalho de rotina realizado pela Unidade de Monitoramento, que será intensificado nos dias do mutirão", destaca o coordenador.

Quanto aos presos definitivos, o juiz com competência para execução da pena deve, a partir de amanhã, e no prazo máximo e improrrogável de 20 dias, analisar os processos, sejam eles físicos ou virtuais, e proferir despachos ou decisões de forma que sejam analisadas todas as questões pendentes relacionadas a eventuais benefícios ou incidentes na execução.

Os juizes vão também apreciar as unificações de penas e determinar a expedição de todos os atestados de pena a cumprir.

“É uma garantia constitucional. Há situações em que o interno já cumpriu toda a pena, mesmo antes de ser julgado”

Desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário.



Fróz Sobrinho coordena mais um mutirão de revisão de processos

Número

52%

é o percentual da população carcerária que aguarda julgamento nas 213 comarcas do estado

José Luiz Nova da Costa Neto - campeão brasileiro de pôquer

André Lisboa
Da equipe de **O Estado**

A noite era fria e a única preocupação do maranhense José Luiz da Costa, técnico do Tribunal de Justiça do Maranhão, durante os intervalos de formação das mesas do Brazilian Series of Poker (BSOP) - o Campeonato Brasileiro de Pôquer, realizado em São Paulo no fim do mês passado, do qual sagrou-se campeão, levando o prêmio de R\$ 377 mil - era chegar à mesa final. Ele já havia passado para a terceira fase do torneio, na qual concorreria com outros 72 jogadores. Ele estava em sétimo. Considerava-se em uma zona confortável.

A tranquilidade foi mantida até só restarem 20 concorrentes, uma área de bons jogadores, carregados de fichas. Foi a essa altura que a insegurança começou a ameaçar o seu equilíbrio, começou a fustigar a sua consciência. "Eu não queria repetir os resultados anteriores, quando fiquei em 11º e 13º. Foi meio tensa essa parte, quase caí novamente", diz com voz trêmula, lembrando-se que por pouco não perdeu o título de campeão conquistado naquela noite.

Ele havia feito uma preparação psicológica, concentrando-se no jogo, relaxando ao máximo. "Para não perder as estribeiras. O lance é focar no jogo, seguir aquela meta e tentar aquele objetivo", diz, não se esquivando do óbvio, desconsiderando mandinga, preparação espiritual, qualquer misticismo.

Se estava inseguro, fazendo malabarismos com o Iphone5 para driblar o fardo de ser tímido e ter de falar sobre si mesmo - as frases mais incisivas se referiam ao pôquer -, José Luiz garante que a serenidade é a principal qualidade de qualquer jogador de pôquer. "É preciso ter muito controle emo-

cional e ter um raciocínio lógico dentro de cada circunstância do jogo, saber sair das situações e também conhecer a matemática, que ajuda muito. Saber a probabilidade de estar no jogo inteiro", descreve.

Não se trata de contar as cartas, mas de analisar a probabilidade de ter uma mão vencedora, de ter uma mão perdedora e dentro desse percentual encaixar o jogo. Entrar ou não no jogo, apostar ou não apostar. Fugir da mão ou não, como se diz nas mesas de pôquer.

José Luiz da Costa não joga pôquer diariamente. No máximo três a quatro vezes por semana, participa de torneios no clube de pôquer Five Bet, localizado na Lagoa da Jansen, do qual ele é um dos proprietários. São três ou quatro horas de jogos por partida, com exceção dos grandes campeonatos on-line, que podem chegar a ter 11 horas de duração. No Brasileiro, em cada dia demoraram 10 horas até o fim das baterias e similarmente na final.

A ideia de criar um clube de pôquer foi fruto da amizade com outros jogadores, que tinham a vontade de estabelecer um local parecido com os espaços de jogatina fora do Maranhão. Mas ele diz que, apesar de ter começado a jogar com amigos, se a mãe estiver ao lado numa mesa de pôquer vai sempre querer ganhar dela. "Amigos eu tenho muitos no pôquer, mas fora da mesa. Dentro dela, a gente quer ganhar. A competitividade é muita grande. Tenho amigos jogadores que são amigos desde a infância, antes de começar a jogar", declara, ao explicar que foi com eles que começou a jogar. Há 14 anos ele começava a se reunir com os amigos e o pôquer surgiu como passatempo para a confraternização, com pequenos lances, com valores ínfimos, segundo o campeão brasileiro.

Vitória - Das partidas realizadas nas casas dos amigos, a diferença entre ganhar e perder se adensou vorazmente para ele. Não apenas no montante de dinheiro envolvido, mas na concepção íntima, na ansiedade pela vitória e no investimento de tempo. "Nossa, perder é ruim demais", fala, quase se desesperando, colocando as mãos sobre a boca, misturando riso e ansiedade. "Tem gente que não se prepara para perder, fica desesperado, incontrolável, mas acho que o esporte tem de ter isso: saber ganhar e perder e estar preparado para isso. Lógico que perder é ruim. Todo mundo quer ganhar, mas tem de estar preparado", racionaliza.

José Luiz da Costa explica que, assim como nos outros esportes, no pôquer há mais ou menos uns 30% de sorte. Compara a uma decisão de um jogo de futebol na cobrança de pênaltis. Ele explica que, assim como os jogadores se preparam para a situação, o especialista do pôquer treina em casa, se informa, lê artigos, ensaios, analisa partidas, estuda e troca ideias com outros jogadores. "Sempre é preciso buscar o máximo de informações possíveis. Esse jogo é feito de detalhes com muitas informações. Para chegar onde a gente almeja, precisa estudar. Eu te afirmo com todas as letras que um leigo nunca vai chegar numa reta final de um grande torneio de pôquer. A sorte vai imperar até o momento em que a habilidade não predominar", explica.

Não hora em que está na reta final de um torneio, José Luiz acredita que um jogador precisa ponderar todas as situações possíveis - se vai cair de posição, se vale a pena investir dinheiro, quanto ele vai ganhar, se vale a pena segurar um pouco. Categóricamente, afirma: "O blefe existe, é tentar contar uma historinha,

tentar ludibriar o seu adversário. É uma arma muito usada no jogo. Ele dribla um pouco da sorte".

Em sua vida pessoal, José Luiz da Costa acredita que o pôquer se encaixa como um hobby, como um esporte, como algo que gosta de fazer. No colégio, ele jogava vôlei. Nascido em São Luís, jogava futebol com os amigos nas ruas do bairro Renascença, onde sempre morou. Não pensa em parar de jogar. Não quer e não pretende deixar o pôquer de lado tão cedo.

O campeão acredita que a vida é um jogo até o ponto em que se precisa arriscar nas decisões, tanto financeiramente quanto amorosamente, na educação dos filhos, quando se vai atrás do ganha-pão. "Acho que está aí, a vida é um jogo em seu arriscar", diz sorrindo, como o garoto que soluciona o problema do exercício de matemática.



1 RAIO-X

NOME COMPLETO: José Luiz Nova da Costa Neto
NASCIMENTO 15 de abril de 1981
PROFISSÃO Técnico judiciário
FILIAÇÃO Cléber Carvalho Cunha e Maria José Costa Cunha
FILHOS Gabriel Luiz da Costa
Luiza da Costa
QUALIDADE Generosidade
DEFEITO Preguiça
ALEGRIA Os filhos e toda a família
TRISTEZA Apaga as tristezas
SAUDADE Infância e amigos
PLANOS Viajar pelo mundo e estudar Direito



“

Tem gente que não se prepara para perder, fica desesperado, incontrolável, mas acho que o esporte tem de ter isso: saber ganhar e perder”

Apego aos filhos, à mãe e aos amigos prevalece

"É difícil falar da gente, né?", questiona-se, incomodado. Sorri, pensa, vasculha a resposta. Ao ser indagado sobre a sua maior qualidade, brinca: "Como uma pessoa nunca pensa nisso a vida inteira?". Depois de alguns segundos, responde como tirando um fardo da consciência: "Eu não sou muito apegado com coisas materiais. Tenho muitas amizades, preso por elas. Considero-me um cara legal". A humildade é o que o jogador mais admira em alguém e busca a sinceridade e a beleza em uma mulher. Elege a lealdade como a prova de uma amizade.

Os outros hobbies de José Luiz da Costa são assistir televisão e ler um pouco. "Ler é bom". Para ele, ser feliz é fazer o que gosta e estar com quem se gosta, ter satisfação naquilo que se faz e viver. Ele não se recorda de tristezas ou tragédias pessoais. Se não morasse em São Luís, ele gostaria de viver em Las Vegas, nos Estados Unidos, obviamente. Há contrariedades na imagem das duas

idades. Na terra natal, admira a beleza e a história das ruas seculares do Centro, e em Vegas a arquitetura e a luminosidade atraem a sua atenção.

A pessoa de quem mais gosta é aquela que ele gostaria de ser, caso não fosse ele mesmo: a mãe, Maria José Costa Cunha, uma pessoa sensacional, na opinião dele. "Ela tem um coração enorme", diz, tranquilamente. Mas ao falar do pai a história complica-se um pouco. Ele tem dois pais: um biológico e outro de criação. Do pai biológico -com quem não tem contato -, a herança são os irmãos, com quem se dá muito bem e considera verdadeiros amigos. O pai de criação é a principal figura masculina que teve na vida, deu-lhe os moldes do caráter, com a presença diária.

Pai - Com dois filhos, mas sem esposa, ele atualmente mora com o mais velho, Gabriel Luiz, com 10 anos. O outro rebento é uma meni-

na de 5 anos, que atualmente mora com a mãe no interior do estado. Gabriel já sabe o objetivo do jogo, gosta de jogar. Por estar mais próximo, é com ele sua relação mais íntima. José Luiz diz que conversam diariamente. Precisa discipliná-lo. Coloca-o para estudar e tenta dar o que pode. "Ele também é esportista. Gosta de cavalo, de futebol. A bebê mora com a mãe", explica, deixando transparecer o vazio da falta que faz o convívio com a filha.

Não gosta de animais. Das flores que conhece, é clássico, prefere rosas, e vermelhas. Herói, para ele, é aquele que consegue ajudar, embora tenha pouco, e considera ato de vilania qualquer traição, trapaça ou falsidade. "Hipocrisia, exatamente isso". Se indagado sobre se gostaria de ter como poder ler a mente do adversário, rejeita a ideia. Preferia ter teletransporte. "Telepatia seria eficaz para jogar pôquer, mas aí não teria graça nenhuma. Aí, seria uma trapaça e não tem graça. Gosto da

competitividade e estar num jogo para ganhar com os meus méritos", enfatiza.

Sente-se com o dever cumprido, aliviado por não ter caído na bolha do torneio e com mais vontade de ganhar e de chegar. José Luiz da Costa acredita que todo mundo erra na vida e diz ser fácil de perdoar aquele erro que ocorre quando se tenta acertar. Por isso, continua a preservar sempre, faz disso o lema de sua vida, na qual seu pior inimigo é a própria mente.

O nervosismo parece ter se dissipado. Não fica nervoso quando joga. Na mesa, ele fica muito frio. É uma virtude. Encarar repórteres, considera uma novidade. Os holofotes também. "Mas vai passar, vai passar", garante. "Se o sucesso vai passar? Não, não, o nervosismo. Terá uma hora que vou falar mais solto, mas agora está tudo novo. Tem coisas que eu quero falar e não sai, mas vai passar. O sucesso eu não quero que passe", garante.



José Luiz com o filho Gabriel (10); ele tem ainda uma filha de 5 anos

'A meta é garantir a regularização fundiária dos imperatrizenses'

Secretário municipal de Regularização Fundiária, Daniel Souza, tem uma missão árdua, pois mais de 70% dos assentamentos urbanos de Imperatriz, incluindo os mais distantes do centro, encontram-se em situação irregular

João Rodrigues
 Da equipe de **O Estado**

IMPERATRIZ - Principal novidade do segundo mandato do prefeito Sebastião Madeira, a Secretaria de Regularização Fundiária entregou na semana passada a primeira leva de títulos (500) de propriedade a moradores de Imperatriz. Até o fim do ano, mais 500 deverão ser emitidos. A concessão do documento foi eleita como prioridade da pasta que tem a meta de por fim ao um absurdo: a maioria da população (75%) não tem documento que comprove a propriedade - apenas o registro de posse do imóvel. Desde que assumiu a missão, o advogado Daniel Pereira Souza fez um cronograma de trabalho no qual conta com apoio de outras secretarias municipais, como a de Infraestrutura.

O Estado - O que é e qual é a atribuição da Secretaria de Regularização Fundiária?

Daniel Pereira Souza - A secretaria hoje é o único órgão que trata da regularização fundiária no município de Imperatriz. Ela expede títulos definitivos das áreas de assentamentos urbanos, que há anos se encontram na clandestinidade, bem como vela pela garantia dos espaços públicos. O órgão visa ainda à desobstrução de obstáculos em vias e praças, de construções que estejam sendo edificadas de forma irregular e que possam de alguma forma prejudicar a cidade e a regularização fundiária pretendida pela secretaria.

O Estado - Qual é a situação fundiária hoje de Imperatriz?

Daniel Souza - Os levantamentos que nós fizemos, em maio deste ano, mostram que mais de 70% dos assentamentos urbanos, incluindo os mais distantes do centro, se encontram em situação irregular. Ou seja, as famílias detêm a posse, mas não tem o título definitivo (escritura) do imóvel. A insegurança jurídica também é empecilho a financiamento para reforma da casa própria ou outros financiamentos. Grande parte das áreas há al-



Divulgação

Daniel Souza diz que o órgão está resolvendo a situação fundiária

gum tempo eram de pessoas de alto poder aquisitivo. Elas foram embora da cidade e agora, com o avanço econômico e imobiliário, estão retornando e reclamando judicialmente essas áreas.

O Estado - De que forma a secretaria oferece assistência?

Daniel Souza - Nós desenvolvemos uma estratégia que se estabelece de três formas: atendimento no protocolo (pessoas que nos procuram para se regularizar), equipe nos bairros e o mais complexo, que é o caso em que não há acordo ou possibilidade da emissão de títulos. Nós estamos com o Setor Jurídico processando as ações de uso capião para garantir a propriedade e a Justiça a esses moradores mais carentes.

O Estado - Cite exemplo de ações impetradas na Justiça.

Daniel Souza - Também enfrentamos as ações de emissão de posse que estão tramitando nas 4ª, 3ª e 2ª Varas Cíveis de Imperatriz com vistas a derrubar e demolir moradias de pessoas que estão há muito tempo em Imperatriz. Estamos bancando a defesa, inclusive com agravo de instrumento e outros recursos, que seguem em segunda instância no Tribunal de Justiça, para que as pessoas tenham direito de ficar naquilo que conquistaram como a própria lei prevê. Aquele que tem pelo menos cinco anos em uma determinada área com 250 metros

quadrados, pessoa que mora há mais de 15 anos, independentemente do tamanho da área, inclui o direito da posse.

O Estado - Qual é a avaliação prática de três meses de atividades dessa secretaria?

Daniel Souza - Evitamos aqui uns 300 despejos de famílias que estavam na iminência de sofrerem a desocupação forçada. Nós emitimos 500 títulos definitivos de propriedade, quando a média era de menos de oito. Estamos fazendo um levantamento e um cadastro das moradias periféricas, principalmente nos bairros que estão mais distantes da cidade para que levemos a secretaria com toda a estrutura nos bairros.

O Estado - Como funciona isso na prática?

Daniel Souza - Isentamos de toda e qualquer taxa. Estamos tentando uma parceria com cartórios e a Corregedoria da Justiça para que o primeiro registro seja gratuito. Se não houver a possibilidade de um acordo desses registros de propriedade nós vamos ajuizar uma Ação Civil Pública em nome do Município das populações mais carentes para que haja a liberação dessa tarifa. Já isentamos as publicações de editais e as taxas que eram cobradas de vistorias. Isentamos, ainda, as certidões, que eram cartoriais. Além de desburocratizar, nós garantimos que esse trabalho

fosse feito para as pessoas mais carentes, permitindo e utilizando a estrutura do Município.

O Estado - O cidadão recebe o título de propriedade, fica legal, mas a partir daí ele cria responsabilidades com o Município. Ele entra no cadastro geral e poderá ter de pagar o IPTU e outros impostos?

Daniel Souza - A partir do momento em que tenha a posse do título de sua moradia e regularize sua situação, obviamente ele vai ser inscrito no cadastro. Vai pagar IPTU, que é o Imposto Predial e Territorial Urbano. Isso é salutar. Eu não vejo isso como empecilho, vejo com bons olhos, pois o que assistimos e percebemos é que as famílias querem é bater no peito e dizer que são donas e proprietárias.

O Estado - Como tem sido para o senhor e sua equipe desempenhar ações em uma situação de risco?

Daniel Souza - É um grande desafio. O que nos contenta e nos conforta é saber que a massa da população acredita no nosso trabalho. Normalmente, quando você tenta melhorar a vida dos pobres, a gente incomoda os poderosos e aqueles que querem na base da força e da intimidação deter grandes áreas imobiliárias para fins comerciais e particulares até para especular.



Nós emitimos 500 títulos definitivos de propriedade, quando a média era menos de oito"

Casamento gay é celebrado

Juntos há cinco meses, os empresários Ruber Paulo da Silva Marques e Armando de Souza Filho tornaram-se o primeiro casal gay do Maranhão a celebrar seu casamento civil após a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que autoriza os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil de pessoas do mesmo sexo. A cerimônia aconteceu na tarde de terça-feira (6), na 7ª Vara da Família, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Para o juiz que celebrou o casamento, Jesus Guanaré de Sousa Borges, titular da 7ª Vara da Família, trata-se da vitória da Justiça sobre o preconceito.

Flora Dolores





Se a trajetória do enlace entre Ruber Paulo Marques, 32, e Armando Souza Filho, 29, pode soar meteórica - do primeiro encontro, numa sessão do Cirque Du Soleil em São Paulo, para a semana que passou, quando os dois oficializaram união, tudo se deu em apenas cinco meses -, o mesmo não pode ser dito do caminho percorrido por casais brasileiros do mesmo sexo para garantir o direito à união estável. Os ventos da mudança começaram a soprar em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal, num gesto histórico, passou a reconhecer a união estável homoafetiva. Mas o passo definitivo só foi dado dois anos depois: em maio deste ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base na decisão do STF, determinou que os cartórios de todo o país passassem a realizar casamentos gays. Já não era sem tempo!

No Maranhão, a vanguarda coube a Ruber e Armando. O produtor cultural maranhense e o (ex) comissário de bordo mineiro, respectivamente, casaram-se no civil nessa terça-feira, 06, em cerimônia realizada na 7ª Vara da Família, no Fórum Desembargador Sarney Costa. Episódio, aliás, que ganhou larga atenção da imprensa, fazendo jus, obviamente, à sua importância para a pauta dos Direitos Humanos em nosso estado.

A celebração do casamento de Ruber e Armando, no entanto, não ficou restrita ao ato civil da última terça-feira. No dia 27 de julho, o casal reuniu familiares e amigos mais íntimos para festejar o encontro de suas vidas. A festa contou com todos os arremates de uma boda tradicional - tudo, idealizado pelos próprios noivos, que, a propósito, já se tornaram sócios de uma empresa para organizar eventos. Sobre os profissionais contactados para os serviços do casamento, o comportamento diante da novidade não poderia ter sido mais receptivo e natural, segundo nos disse os recém-casados. Prova de que o mercado local está conectado aos sinais dos tempos. Fica, portanto, o estímulo para outros casais!

Fotos: /Gaby Ferraz



Bem casados

Na festa de casamento do dia 27, o primeiro casal homoafetivo oficializado pela Justiça do MA, com a mãe e a irmã de Armando, ... , que vieram de Minas.

Casamentos de gays

Afinal, aconteceu o primeiro casamento gay no Maranhão.

O evento, com todo o ritual determinado pela lei, vai agora ter seus desdobramentos na sociedade maranhense.

Pelo menos, três novos casamentos gays deverão acontecer no mês de setembro entre nós.

Com direito a convidados ilustres e a recepções festivas.

POLÍTICA PAG. 03

Ricardo Duailibe é o novo desembargador do TJMA

Ricardo Duailibe é o novo desembargador do TJMA

Ao assinar o termo de posse, Ricardo Duailibe disse que vai exercer o cargo com zelo, ética e dedicação



A solenidade de posse aconteceu na tarde de sexta-feira

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Maria dos Remédios Buna Magalhães, no exercício da presidência, deu posse a Ricardo Duailibe, no cargo de desembargador, em vaga destinada à advocacia pela regra do quinto constitucional. O termo de compromisso e posse foi assinado pelo novo membro da Corte no final da tarde desta sexta-feira (9).

Duailibe foi informado da escolha do seu nome por meio de telefonema da governadora Roseana Sarney, no final da manhã. Por ser a chefe do Executivo estadual, ela teve a prerrogativa de optar por um dos três nomes enviados pelo TJMA. Além de Ricardo Duailibe, compuseram a lista triplíce escolhida pelo Tribunal, os advogados Daniel Leite e Rioud Ayoub.

"Recebemos mais um cole-

ga que merece o apoio e apreço nessa nova jornada profissional como membro da Corte estadual de Justiça. Ficamos felizes em receber o novo membro, cuja trajetória é exemplar", disse Maria dos Remédios Buna. O desembargador José Luiz Almeida, por sua vez, desejou sucesso a Ricardo Duailibe no exercício da nova função. "Pelo seu perfil de homem sério e correto, o novo colega saberá se conduzir com equilíbrio no cargo", frisou.

Ao assinar o termo de posse, Ricardo Duailibe disse que vai exercer o cargo com zelo, ética e dedicação. "Assumir o cargo de desembargador é a concretização de um sonho após 35 anos de efetivo exercício na advocacia. Estou aqui para somar e assumo o compromisso de continuar defendendo os ideais que enaltecem a Justiça", afirmou.

Presente à solenidade, o decano do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, advogado Kleber Moreira, manifestou sua confiança no novo desembargador. "Tenho 58 anos de militância na área jurídica e sei que Ricardo Duailibe honrará este Tribunal", garantiu.

PERFIL - Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe tem 58 anos, nasceu em São Luís, no dia 6 de junho de 1955. É casado com a também advogada e empresária Virgínia Duailibe, com quem tem dois filhos: Cristiana, tabeliã concursada que trabalha em Tamboril (CE); e o advogado Rogério, que trabalha no escritório de advocacia do pai.

O novo desembargador do TJMA bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em junho de 1979. Antes de se formar já estagiava no escritório do advo-

gado Kléber Moreira. Embora tenha montado seu próprio escritório à época, os dois sempre mantiveram parceria nesses quase 35 anos que Duailibe tem de formado.

Há cerca de 15 anos mantém um outro escritório, tendo como sócios os advogados Ruy Villas Boas e César Freitas.

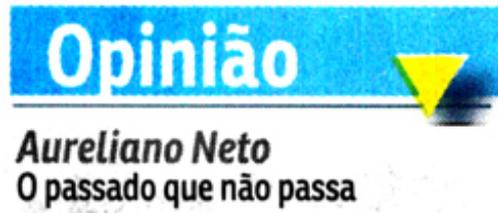
Desde 1982 é também proprietário de uma imobiliária, em sociedade com sua esposa, a quem coube a gestão da empresa.

Duailibe já havia sido indicado em lista sêxtupla da OAB-MA e votado pelo Tribunal de Justiça para integrar lista triplíce para vaga de advogado destinada ao quinto constitucional, ocasião em que o escolhido foi o atual desembargador Paulo Velten, nomeado em fevereiro de 2007.

Na escolha da lista triplíce na última quarta-feira (7), ele recebeu os votos de todos os 23 desembargadores presentes e terminou em primeiro lugar.

A esposa do novo membro do TJMA falou sobre a escolha: "sempre foi um advogado admirado por sua postura de retidão, caráter, compromisso e seriedade. Isso é que o está levando ao Tribunal de Justiça", disse Virgínia Duailibe.

QUINTO CONSTITUCIONAL - A Constituição Federal, em seu artigo 94, estabelece que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.



O passado que não passa



AURELIANO NETO
JUIZ

O tempo, essa eternidade móvel, como definiu Platão, vai chegando, vai passando e vai-se indo. Nesse passar eterno, alguns ficam, outros vão, outros simplesmente desaparecem, sem que se tenha qualquer notícia. Para estes, o tempo se penumbria, toma uma feição anônima. Muitos, os impacientes, têm grande pressa de viver, e cedo, vivendo toda uma eternidade, se vão. Já outros, nem tanto. Vão levando, como intitulado o humor que se perdeu na eternida-

de do tempo, no vai da valsa. A vida passa a ser longeva. Sessenta anos se delongam em séculos. Ninguém consegue esquecer do florentino Dante Alighieri e a Divina Comédia, sua obra que o immortalizou e o fez vencer o tempo, tornando-o eterno. Muito menos esqueceremos de Platão, que deixou profundas lições filosóficas, e do poeta e dramaturgo inglês William Shakespeare, que nos legou de Hamlet a célebre frase: ser ou não ser, eis a questão. E de nosso Machado de Assis, que teve a felicidade de nos dizer que o passado é a melhor parte do presente. Ou de Faulkner, que disse: sequer o passado é passado. Para esses e muitos outros sujeitos da história, o tempo não passa. Eterniza-se na memória de todos nós, através de sua obra. Venceram o tempo. Porém nem sempre é assim.

Fico pensando em mim mesmo e nos amigos ou não amigos que me circundam, ou estão à distância. Fui convidado para posse do novo integrante da Academia Maranhense de Letras. Um intelectual ilustre. Assumia a cadeira do imortal falecido, porém não vitimado pelo tempo, o desembargador José Filgueiras. Na linha do tempo, Filgueiras deixou o seu nome na história do Judiciário maranhense. Compareci à solenidade, já que ando ultimamente me escusando desses eventos, e o fiz para atender ao convite de um amigo e por ter conhecido em vida o imortal que, com a morte física, deixara vaga a cadeira que estava sendo ocupada. Não falo sobre os discursos. Excelentes no conteúdo, mas excessivamente longos. O do empossando cerca de hora e quarenta minutos. E o do Lino Raposo bem coloquial, não padecendo do vício da prolixidade, como se fosse uma crônica sobre a vida do novo intelectual recebido naquele sodalício (desculpe-me: naquela casa da cultura do nosso Estado).

Mas, o que tem isso a ver com o tempo? Muito e nada. Conheci o desembargador Filgueiras como homem do seu tempo. Preparado intelectualmente, inteligente, influente, participante e um juiz correto. Não tive a felicidade de conhecer a sua produção literário-poética. Era um excelente orador. Havia lido toda A Comédia Huma-

na, de Balzac. Citava, em francês, trechos do monumental romance D. Quixote, de Cervantes. Escrevia muito bem, tendo um excelente domínio da linguagem culta. Seus votos, como magistrado de formação humanística, eram bem elaborados e com substanciosos argumentos jurídicos. Esse é o Filgueiras que conheci, que se projeta no tempo de minha memória e de muitos que com ele conviveram. Será eternizado pelo que foi. Muito ou pouco, só a história o dirá. O tempo se move nesse sentido de preservar ou não aqueles que por ele passaram.

Recentemente, fiquei com medo do tempo. Pensei, com o determinismo dos fracos, que ele estivesse se esgotando. Na dúvida, pensava: - Como serei lembrado? Filho de um marceneiro, educado na infância por um carroceiro (meu avô) e por uma costureira, aprendiz de sapateiro e de linotipo, linotipista de profissão, revisor, depois professor de cursos de madureza, artigo 99, pré-vestibular, advogado, professor de universidade, juiz de direito, e, o título que mais me honra, pai de três filhos e marido de Jacirema. Por que esse pensamento lúgubre? Tendo feito um desses exames invasivos, o médico concluiu que tinha que fazer uma cirurgia. Até aí tudo bem. Todo mundo faz cirurgia, ainda para extração de uma reles e insignificante unha. Mesmo assim pensava: - Hospitalizar-me de novo, submeter-me à anestesia e a intervenção cirúrgica. Sem alternativa, fui para esse embate. E refletia: - Quantos por esse mundo afóra não estão vivendo esse mesmo drama. Tudo poderia ser feito aqui, em nosso Estado. Temos excelentes médicos, cirurgiões de respeito e de reconhecida competência. Porém, chega-se a uma idade, que se começa a perder o autodomínio. Minha filha, Bernadete Maria, é médica, com especialidade em nefrologia, atuando em São Paulo, onde fez residência nas Clínicas. Assim, foi ela - denuncie esse fato - quem escolheu São Paulo, para não ficar longe do pai e participar da cirurgia, que foi, com êxito, realizada no Hospital Nove de Julho. Digo logo: Bernadete, como todos os meus filhos, estudou no Colégio Santa Teresinha, em Imperatriz, escola que deu a eles a base de toda a educação formal e religiosa.

Sessenta e cinco anos de idade, na iminência de fazer 66, tive dúvida se o tempo ia parar. De tudo uma certeza: tiraram-me a velha e carcomida vesícula, vencedora de tantas batalhas, mas que não suportou a guerra do tempo. Recomendaram-me repouso. Tenho que andar com cuidado. Subir escadas e carregar peso nem pensar. Enfim, estou como mulher parida de antigamente, no resguardo. Confesso: sou um pouco obediente. Nem tanto, mas sou. A idade declinada acima me obriga sê-lo. Deixei os arroubos do passado, em que matava a gripe com umas boas goladas de cachaça com limão. Que fazer, hem?! Que eu saiba, nada. Aguardar o tempo passar. Há dois livros prontos para serem publicados. Um sobre Juizados, e outro de crônicas. Tenho que vencer os meus humores hipocondríacos. Não pensar no limite do tempo. Em O Grande Gatsby, Scott Fitzgerald, nos brinda com esse poético final: "E assim avançamos, barcos contra a corrente, arrastados incessantemente para o passado." Digo mais: e vencer esse tempo, porque o passado é o tempo que não passa.

❖ ❖ É, 'rapá', Maranhão é Maranhão!!! Liberado no 'plantão judicial', dias atrás, o ex-vereador Júnior do Mojó, acusado de autoria intelectual do assassinato do empresário Marggion Andrade, 'comemorava' o habeas-corpus em alto estilo, passando boa parte da tarde desta sexta-feira tomando na badalada e concorrida Caves Du Vin!!! "Quem pode, pode, quem não pode se sacode"!!!



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau - São Luís-Maranhão

Processo n.º 19401-58.2005.8.10.0001
Ação Execução P/ Título Extrajudicial
Autor: A. N. DE MELO
Réu: EDSON WILSON BATISTA FILHO

EDITAL DE CITAÇÃO

(Prazo de 30 dias)

A Excelentíssima Senhora Doutora ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA, Juíza Auxiliar de Entrância Final, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida **EDSON WILSON BATISTA FILHO, atualmente em lugar incerto e não sabido**, para que, caso queiram, apresentem Contestação no prazo de Lei, ficando advertido que, em não apresentando defesa, reputar-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo autor, nos termos dos artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil. E para que não possam alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, em cumprimento ao despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO**: Cite-se o executado, por Oficial de Justiça, no endereço encontrado via REDE INFOSEG, "print" anexo, tendo em vista que os endereços constantes dos autos são diferentes do informado pelo sistema. Em sendo infrutífera a citação pessoal, no endereço encontrado na rede INFOSEG, Cite-se o executado, por edital, com prazo de 30(trinta) dias, que deverá ser publicado uma vez no órgão oficial e duas vezes em jornal local, além de fixado no local de costume, devendo a parte autora viabilizar as publicações. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez) por cento sobre a dívida executada. São Luís (MA), 17 de outubro de 2012. Juíza ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA Auxiliar de Entrância Final respondendo pela 3ª Vara Cível, nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente Edital na Secretaria Judicial da 3ª Vara Cível de São Luís, Estado do Maranhão, aos 11 de julho de 2013. Eu, Giselle S. P. Ferreira, Auxiliar Judiciária, digitei.


Juíza ANA MARIA ALMEIDA VIEIRA
Auxiliar de Entrância Final, respondendo pela 3ª Vara Cível



11 de agosto
DIA DO MAGISTRADO

**O homem criou as leis e
Deus lhe deu o dom de agir
com discernimento, ética,
paciência e sabedoria.**

**Que a sua dedicação e amor
à Justiça possam continuar
promovendo a paz social.**

**Homenagem do Tribunal de Justiça
a todos os magistrados.**



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

Investigadores do 5º DP prendem jovem acusado por homicídios

No início da manhã de ontem, a equipe de captura do 5º Distrito Policial, do Anjo da Guarda, sob o comando do delegado Walter Wanderley, e com o apoio do Serviço de Inteligência do Comando Geral da Polícia Militar, deram cumprimento a dois mandados de prisão preventiva, expedidos pelas juízas Kátia Coelho Sousa Dias, da 3ª Vara do Tribunal do Júri e Ana Célia Santana, da 5ª Vara Criminal. Segundo informações policiais, Luís Henrique Barros Nunes, o 'Luís' ou 'Luizinho', de 18 anos, é acusado de formação de quadrilha, homicídio e tentativa de homicídio. Ele foi preso na Avenida Principal, s/nº, no Quebra Pote, na companhia de um homem identificado como Américo Carvalho Pereira Filho, que acabou sendo baleado e morto, ao tentar impedir a ação policial, que culminou em uma troca de tiros.

Segundo a autoridade policial, na noite do dia 30 de maio, deste ano, Luís Henrique Barros, teria tentado contra a vida de Sâmia Karolina Queiroz Silva, disparando contra ela, dois tiros, sendo um na perna e



G. FERREIRA

Luís é suspeito por atentado em arraial do Anjo da Guarda

outro no abdômen. Ele relatou que o fato ocorreu na Praça da Ressurreição, no Anjo da Guarda, durante as festividades juninas. "Na ocasião, outra pessoa foi vitimada, o Idilberto Azevedo Aires, 35 anos, que levou um tiro na cabeça e após cinco dias de internação, morreu. A Sâmia com

quem o Luís mantinha um relacionamento amoroso, ficou internada 12 dias no Socorrão I, mas apesar dos ferimentos, conseguiu sobreviver", explicou.

O delegado Walter Wanderley explicou que em decorrência de várias denúncias e uma série de investigações por parte da polícia, foi possível chegar ao paradeiro dos acusados. Ele relatou que tanto Américo Carvalho como Luís Henrique Barros, eram moradores da Mauro Fecury II, porém, há duas semanas haviam alugado uma casa no Quebra Pote, onde estavam homiziados. "O Américo já foi preso por porte ilegal de arma, agressão e tentativa de homicídio. No momento em que as equipes tentaram dar cumprimento aos mandados ele tentou dar fuga ao Luís, reagindo com um revólver calibre 38, com cinco munições, sendo três deflagradas. Ele foi socorrido, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. O Luís, será conduzido para a Penitenciária de Pedrinhas, onde deverá permanecer a disposição da Justiça", afirmou.

(Por Jully Camilo)